

2009

**GRANDES OPÇÕES do
PLANO e ORÇAMENTO**

documentos previsionais

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM



ÍNDICE

ÍNDICE

	PÁGINA
ÍNDICE	1
RELATÓRIO	3
1. Algumas Notas	4
2. Introdução	7
3. Os Recursos	8
4. As Aplicações	10
5. Os Investimentos	14
PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	16
Resumo do Plano Plurianual de Investimentos	17
Plano Plurianual de Investimentos	18
ORÇAMENTO	29
Resumo do Orçamento	30
Receitas	31
Despesas	37
01. Administração Autárquica	38
02. DAF	47
03. DOM	50
04. DGUA	54
05. DDL	57
ANEXOS	61
Resumo das Receitas e das Despesas	62
Resumo das Despesas segundo a classificação orgânica	63
Resumo das Despesas segundo a classificação económica	64
Mapa dos Empréstimos	69
Transferências para as freguesias	71
Dotação do capítulo 15 “Reposições não abatidas aos pagamentos”	72
TERMO DE ENCERRAMENTO	73

RELATÓRIO

AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E O ORÇAMENTO - 2009

RELATÓRIO

1. ALGUMAS NOTAS

A proposta de GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO para 2009, que a seguir se apresenta, justifica algumas breves notas de natureza política.

1.1 - Antes de mais, para salientar o realismo da proposta, traduzido em números que espelham uma efectiva redução global do orçamento (-4,1% que em 2008).

Esta medida de prudência - ditada pelos cenários de uma crise que anuncia uma recessão cujos efeitos, ainda inquantificáveis, serão seguramente sentidos nas actividades económicas que suportam boa parte do orçamento municipal - é a postura que o município deve, responsabilmente, assumir, na prossecução de uma política de gestão sustentável.

1.2 - Mais do que o ciclo político, é para nós importante a conjuntura económico-financeira que, sendo globalmente de crise, terá de ser globalmente atacada através de mecanismos (de rigor, de poupança, de racionalidade nos investimentos) a que nenhuma administração, mesmo local, pode eximir-se.

1.3 - Porque cresceu sustentadamente, o município da Póvoa do Varzim pode, agora, decrescer sustentadamente. Queremos dizer: sem quebra visível num volume dos investimentos que desde há anos se mantém alto, e sem a necessidade de emagrecer um quadro de pessoal que desde há anos vem sendo serenamente reduzido - e, inversamente, com a possibilidade, cada ano mais

próxima, de aliviar a carga fiscal municipal e os custos dos serviços prestados pelo município, ou seja, tornando mais próximo e mais sólido o cenário de novos ganhos competitivos para o município, quer no tocante às famílias, quer no referente às empresas.

E isto porque, ao longo dos anos, o município da Póvoa de Varzim tem vindo a ser gerido conforme critérios de verdade (na definição dos preços dos serviços que presta, de acordo com normativas europeias já transcritas para a lei portuguesa) e de rigor (na aplicação das receitas que arrecada). E esta política, sendo porventura impopular pelos sacrifícios que vem solicitando aos Poveiros, é (estranhamente, para alguns) inteligentemente compreendida pela população, que descortina os benefícios (alguns já sentidos) que entretanto colherá (tais como a redução de impostos). Gestão sustentável é isto – o contrário não passa de populismo irresponsável, que conduziria (como se vê que já conduziu em muitos municípios) à alienação de funções que sempre seriam melhor prestadas pelo município porque são o cerne de um serviço de proximidade que é a sua vocação primeira.

1.4 – A saúde financeira do município – que lhe permite, sem grande dor, fazer o decréscimo que a conjuntura impõe e que é necessário continuar, mesmo que, num horizonte longínquo, a conjuntura melhore – esta saúde financeira, dizia, traduz-se mais na estrutura do orçamento do que propriamente no seu volume. E permite, por exemplo, que as receitas correntes excedam as despesas correntes em mais de 6 milhões de euros, financiando portanto as despesas de capital.

A saúde financeira do município expressa-se também no facto de, não obstante a taxa de crescimento dos vencimentos na função pública estar administrativamente fixada em 2,9%, o seu impacto orçamental nas despesas com o pessoal do município se traduzir num aumento (relativamente a 2008) de apenas 1,3%. E isto porque não só tem havido um rigoroso controlo ao nível das admissões de pessoal, como também nos encargos com trabalho extraordinário.

A saúde financeira do município – cuja conquista passou também, e muito, pela progressiva concentração da actividade municipal naquilo que a mesma tem de estratégico, sacrificando a obesidade do efémero – permite, por exemplo, a continuação do vultuoso investimento que está em curso para concluir a rede municipal de drenagem de águas residuais (esgotos) – nas frentes Amorim/Terroso e Navais/Estela, já em curso, preparando-se o arranque (logo que obtido, como se espera, financiamento comunitário) das intervenções em

Laundos, Rates e Balasar; permite, do mesmo modo, continuar a construção do Parque da Cidade, cuja “área de lazer” ficará concluída em 2009; e permitirá que, também neste ano, a reabilitação do Cineteatro Garrett venha dotar a Póvoa de Varzim de um equipamento fundamental para a qualificação da sua oferta cultural. E permitirá tudo isto – tal como o forte investimento em modernização administrativa (financiado pelo POS-C), no âmbito do projecto “Metropolis Digital” (aquisição de novas ferramentas informáticas, aplicação de gestão documental, etc., sobretudo na óptica da relação com o município), ou a conversão em ecovia do desactivado canal ferroviário de ligação a Famalicão, logo que obtida a esperada comparticipação do Turismo de Portugal – porque o município tem preservado capacidade financeira para assumir a pesada percentagem que as comparticipações comunitárias não cobrem, possibilitando-nos oportunidade de, por “overbooking”, captar verbas remanescentes e melhorar significativamente a nossa percentagem de utilização dos fundos comunitários.

1.5 – Uma outra nota se impõe também na abordagem política a este orçamento: se, como se evidencia, não é o investimento que explica o emagrecimento do orçamento, também não é – fique claro! – o desinvestimento nas funções sociais e culturais. É que, nestas matérias, ao Garrett podemos acrescentar a ampliação e equipamento do Museu Municipal, a construção do Auditório Musical de apoio ao Festival Internacional de Música e a continuação do projecto ANIMAPÓVOA; e, noutra âmbito, a renovação e a ampliação do Parque Escolar, o reforço dos apoios concedidos à integração e ao sucesso escolar (refeições e transportes) – entre outros que, globalmente, contribuem para o crescimento da percentagem do orçamento que é afectada ao DDL.

1.6 – Em síntese, este é um Orçamento que, dando continuidade à linha de rumo e ao projecto de desenvolvimento que os Poveiros sufragaram – e excedendo-o até, pontualmente – responde com eficácia e determinação à nova conjuntura económico-financeira.

Nunca como agora se viu o mérito – e se colherá o proveito – da coerência e da determinação.

2. INTRODUÇÃO

Apresenta-se as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município da Póvoa do Varzim para o ano de 2009, elaborados de acordo com as disposições legais em vigor, que definem e quantificam as fontes de financiamento e as respectivas aplicações, para as diferentes áreas de intervenção municipal, a realizar durante o ano económico de 2009.

Para a elaboração destes documentos consideraram-se ainda os seguintes vectores:

- A elaboração do Orçamento da Despesa assentou, no levantamento, tão rigoroso quanto possível, das despesas obrigatórias, nomeadamente, encargos com pessoal, encargos financeiros e outros compromissos assumidos com terceiros, resultantes de contratos em curso e protocolos estabelecidos, respeitando-se, deste modo, todas as vinculações externas existentes.
- Relativamente às receitas, a sua previsão teve por base e como critério principal a média aritmética simples dos valores arrecadados nos últimos vinte e quatro meses, quer no que respeita às Taxas e Tarifas cobradas pelo Município, quer para os Impostos liquidados pela Administração Central, bem como as receitas provenientes da venda de bens e serviços correntes.
- No que se refere ao financiamento externo, isto é, aos recursos provenientes de programas comunitários, protocolos da Administração Central e com outras entidades, foram consideradas as importâncias respeitantes à efectiva atribuição pelas entidades competentes.

A estimativa das receitas e das despesas para o próximo ano económico, segundo os dois grandes agrupamentos da classificação económica - Correntes e Capital, é apresentada no quadro que se segue.

(Unidade: euros)

Composição	Receitas	Despesas	Saldo
Correntes	38.644.810,00	32.464.890,00	6.179.920,00
Capital	32.860.550,00	39.040.610,00	-6.180.060,00
Outras	140,00	0,00	140,00
Total	71.505.500,00	71.505.500,00	0,00

Da observação deste quadro verifica-se que a Receita e a Despesa previstas para o ano de 2009 são cerca de 71,5 milhões de euros, constatando-se a existência de um superavit corrente superior a 6,1 milhões de euros, proveniente do excesso das Receitas Correntes sobre as Despesas da mesma natureza, o qual financia no mesmo valor as Despesas de Capital.

3. OS RECURSOS

A receita municipal prevista para o ano de 2009 é como já se referiu, de 71.505.500 euros, apresentando, em relação à receita inicialmente orçamentada para o ano de 2008, um decréscimo de 4,1%.

Em termos da natureza de origem de recursos, verifica-se que 54% dos mesmos provêm de Receitas Correntes e 46% de Receitas de Capital.

O quadro seguinte permite conhecer e comparar não só a estrutura das fontes de financiamento, como proceder à análise da evolução da receita orçamentada para o ano de 2009, relativamente aos valores inscritos no Orçamento do ano anterior.